


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001389-88.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Javep Veículos Peças e Serviços Ltda e outro**
 Requerido: **Real Leasing Sa Arrendamento Mercantil e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

JAVEP VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e **APARECIDA DE FÁTIMA ROTHER** (incluída pela decisão de fls. 39) ajuizaram ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela e multa em face de **SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL** e **JOSÉ ROBERTO DA SILVA**, todos devidamente qualificados.

Aduzem as requerentes, em síntese, que em 16 de março de 2009, a Javep vendeu ao banco réu o veículo marca Chevrolet Modelo Classic Life, placa DSE 5329, para arrendamento a José Roberto. Afirmam que após a venda, o veículo não foi transferido para a titularidade dos adquirentes, encontrando-se em nome da antiga proprietária, a requerente Aparecida de Fátima, com débito de licenciamento e encargos incidentes sobre o veículo, nos anos de 2008, 2009 e 2010, além de multas, totalizando o valor de R\$ 2.278,84. Requerem a antecipação da tutela para que os requeridos efetivem a transferência do veículo e promovam a quitação dos débitos existentes.

Juntaram documentos (fls. 18/23).

A tutela antecipada foi indeferida pela decisão de fls. 26. As requerentes pediram a reconsideração da decisão, o que foi acolhido pelo despacho de fls. 39-v. Contra tal decisão, o banco requerido interpôs agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento (fls. 125/128).

Pelo despacho de fls. 39, aparecida de Fátima Rother foi incluída no polo ativo.

Devidamente citado, o Banco Santander apresentou contestação alegando preliminar de inépcia da inicial e ilegitimidade passiva. No mérito afirmou que: 1) que não deixou de cumprir com suas obrigações, sendo que a revendedora Javep e o comprador (arrendatário) é que eram responsáveis pela transferência do veículo; 2) as autoras não cumpriram com sua obrigação de informar o órgão competente sobre a venda do veículo, 3) a responsabilidade é exclusiva da vendedora Javep que não tomou as cautelas necessárias para fazer com que o bem fosse transferido administrativamente para o nome do adquirente. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

O requerido José Roberto da Silva foi citado pessoalmente (fls. 51) e deixou de apresentar defesa, conforme certificado às fls. 266.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

As fls. 86/89, a requerente Javep apresentou emenda à inicial para retificar os dados do veículo objeto da demanda, o que foi acolhido pelo despacho de fls. 101.

Atendendo à determinação do Juízo, a CIRETRAN apresentou esclarecimentos às fls. 193, 217/219, 235/240 e 242/252 sobre o veículo.

As partes apresentaram alegações finais às fls. 206/208 e 210/212.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As preliminares de inépcia da petição inicial e de ilegitimidade passiva arguidas pelo Banco requerido não podem ser acolhidas.

Com efeito, a petição inicial apresentou relato inteligível, rendendo ensejo a substancial defesa do requerido e não padece de vício de natureza formal. Além disso, o equívoco quanto à qualificação do veículo objeto da lide foi resolvido com a emenda à inicial, sem que houvesse qualquer prejuízo à parte adversa.

No que toca à alegada ilegitimidade passiva *ad causum*, o documento de fls. 18 basta para conferir a possibilidade do requerido de figurar no polo passivo desta ação, pois demonstra *prima face*, a compra e venda do veículo realizada entre as partes.

No mérito, a súplica inaugural se refere ao veículo Chevrolet/Classic Life, ano 2006, placa DSE 5329, e foi ajuizada em janeiro de 2011.

Pelo informe de fls. 20, à época do ajuizamento o veículo ainda circulava em nome de Aparecida de Fátima Rother, o que deixou de ocorrer apenas no curso da lide, conforme indicam os ofícios de fls. 193 e 238, dando conta, o último, que atualmente o bem está registrado em nome de Aparecida Donizeti Rabelo Faria.

Assim, os pleitos principais de transferência e regularização da situação do veículo já se encontram solucionados, operando-se a perda superveniente do objeto, nesse particular.

Remanesce o interesse e a utilidade do processo quanto ao pedido de quitação dos débitos existentes no veículo, todavia, o pleito é improcedente.

Conforme se depreende da documentação amealhada aos autos, a autora Aparecida de Fátima Rother assinou documento de transferência do veículo, em 26/01/2009, tendo como comprador Javier Veículos, Peças e Serviços Ltda.

Posteriormente, o veículo foi vendido pela Javep ao Banco requerido, constando como arrendatário José Roberto da Silva.

Embora as autoras comprovem a venda do bem aos requeridos, não há nos autos evidências de que tenham providenciado a entrega do documento de transferência, o que permitiria a mudança da titularidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não obstante incumbisse aos requeridos a transferência da titularidade perante a autoridade administrativa, pois se tornaram proprietários do veículo com a tradição (artigo 1.226 do Código Civil), ela só poderia ser feita com a exibição do documento de transferência (DUT) assinado pelo vendedor, conforme disposto no artigo 124, III, do Código de Trânsito Brasileiro.

Conquanto a Javep não estivesse obrigada a transferir o veículo para si em razão da Portaria Detran 1606/05, o fato de figurar como compradora no DUT do automóvel inviabiliza a mudança de titularidade para os requeridos, pois tal regularização dependeria da emissão de um novo documento para ser assinado pela autora Aparecida de Fátima Rother, proprietária à época.

Por tal razão, é lícito presumir que os requeridos não dispunham do competente documento de transferência, pois, embora ele estava assinado pela vendedora, foi preenchido com o nome da Javep no lugar do comprador.

Assim, as autoras não lograram êxito em demonstrar que os requeridos dispunham dos meios necessários para a regularização do automóvel, pois não comprovaram que se desincumbiram da obrigação que lhes assistia de entrega do DUT assinado e regular.

Ainda, nos termos do artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro, competia à parte autora, como alienante, ter encaminhado “ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência da propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação”, o mesmo ocorrendo com o IPVA, à luz do disposto no artigo 6º, II, da Lei Estadual nº 13.296/08.

De acordo com o artigo 6º, II, §§2º e 3º, da Lei Estadual nº 13.296/08, cabe ao proprietário do veículo informar ao Cadastro de Contribuintes a alienação de seu bem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, permanecendo como responsável solidário pelo pagamento do IPVA até a devida notificação.

Dessa forma, a ausência de comunicação da venda à autoridade administrativa de trânsito e fiscal, com as formalidades do artigo 134 do CTB e do artigo 6º, II, da Lei nº 13.296/08, atrai a responsabilidade solidária da autora proprietária pelas multas, encargos e tributos incidentes sobre o veículo.

Ressalta-se, por fim, que embora o veículo conte com comunicado de venda inserido pela autora Javep (fls. 32), não ficou demonstrado que a autora tenha informado à autoridade competente o nome e os dados do comprovador, razão pela qual não se pode considerar que tenham havido o cumprimento das exigências do artigo 134 do CTB, de modo a transferir ao pretense comprador a responsabilidade pelas multas havidas após a tradição.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem análise de mérito com relação ao pedido de transferência e regularização da titularidade do veículo, ante a perda superveniente do objeto, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, e torno sem efeito a decisão que antecipou os efeitos da tutela.

Ainda, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de quitação dos débitos tributários, encargos e multas incidentes sobre o veículo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tendo em vista que as autoras são sucumbentes e deram causa ao ajuizamento da ação, condeno-as a pagar custas, despesas e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na forma do artigo 85, §8º, do CPC.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 23 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**